

Fujões, Furtados e Seduzidos: Uma Análise da Escravidão a partir dos Anúncios de Fuga Publicados no *Diário de Pernambuco* (1827-1837).

Alexandre F. S. Andrada*

Resumo

O trabalho apresenta uma análise da população escravizada na província de Pernambuco, notadamente nos arredores de sua principal cidade, o Recife, entre 1827 e 1837. Esse período é interessante por se tratar daquele mais antigo disponível na imprensa local, mas também por ser um momento de grandes perturbações no tráfico de escravizados. Enquanto nos anúncios de compra/venda os indivíduos são sempre apresentados como “sem vícios, sem achaques, e aptos para todo serviço”, nos anúncios de fuga tem-se um retrato mais fiel das misérias daquelas gentes. Recolhemos 445 anúncios, 101 mulheres e 344 homens. Nota-se que as mulheres eram sub-representadas entre os fugitivos. Apresentamos algumas hipóteses para esse fenômeno. Esses indivíduos eram em sua maioria jovens adultos, com idade mediana por volta dos 22 anos. Entre os estrangeiros, os classificados como Cabinda e Angola respondiam por quase 80% do total. Os homens desempenhavam ocupações bem mais variadas que as mulheres. Entre eles, a ocupação mais comum na amostra era a de sapateiro. Em relação ao prêmio oferecido pela captura nota-se um aumento violento no valor mediano, que atinge o pico em 1836.

Abstract

This article presents an analysis of the enslaved population in the province of Pernambuco, notably around its main city, Recife, between 1827 and 1837. This period is interesting because it is the oldest with such information available in the local press, but also for being a period of great disturbances in the legislation of the slave trade. While in the buy/sell ads individuals are always presented as “without vices, without defects, and fit for any service”, in the runaway slave ads there is a more faithful portrait of the miseries of those people. We collected 445 ads, 101 of which were women and 344 men. Women were underrepresented among the fugitives. We present some hypotheses for this phenomenon. These individuals were mostly young adults, with a median age of around 22 years. Among Africans, those classified as Cabinda and Angola accounted for almost 80% of the total. Men performed much more varied occupations than women, almost always employed in domestic tasks or as street vendors. Among men, the most common occupation in the sample was shoemaker. In relation to the prize offered for capture, there is a sharp increase in the median value, which reaches its peak in 1836.

Palavras-chave: Escravidão, Pernambuco, Século XIX, Escravos Fugitivos.

Keywords: Slavery, Pernambuco, 19th Century, Runaway Slaves.

JEL Codes: N26, N36, N46.

Área 3 - História Econômica.

*Professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), afsa@unb.br.

Introdução

A província de Pernambuco carrega a mácula de ter sido uma das pioneiras e importantes sociedades escravagistas do Brasil e das Américas. Nascida sob o signo da cana-de-açúcar, figurou entre os líderes da produção nacional desta *commodity* em grande parte de nossa história¹. Além disso, no final do século XVIII, tornou-se uma grande produtora de algodão, quando o produto brasileiro chegou a responder por 40% dos desembarques no porto de Liverpool². Não apenas sua produção chegou a ser volumosa, como o tipo de algodão que ali se produzia era de qualidade e preço superiores aos de outras províncias³. Produtora dessas duas mercadorias fundamentais na história colonial das Américas, Pernambuco registrou o desembarque de ao menos 430 mil escravizados em seus portos⁴, o que representa 13,5% dos africanos que chegaram ao Brasil. A cidade do Recife, juntamente com Salvador, Niterói e Rio de Janeiro, possuía uma das mais elevadas proporções de trabalhadores cativos do Império em meados dos 1800 (Alencastro 2006, p.368). Além disso, seu porto foi durante boa parte daquele século um dos três mais importantes em termos de comércio exterior⁵, incluindo-se aí o tráfico de gentes. No comércio de cabotagem, a cidade também se destacou naquele período, atingindo seu zênite nas décadas de 1860 e 1870, chegando até mesmo a desbancar o porto do Rio neste tipo de atividade (Dourado 2019; Marcondes 2012). Ou seja, estamos tratando de um dos microcosmos centrais para a compreensão da sociedade e da economia brasileira durante o período da escravidão negra. Instituição esta que, como bem profetizou um de nossos famosos abolicionistas, segue sendo “uma característica nacional do Brasil”.

Em Pernambuco e na comarca do Recife, durante o período investigado, os cativos compunham algo entre 30% e 20% da população, sendo ainda parte crucial da mão de obra dos senhores de engenho (Eisenberg 1972, p.580) e dos lavradores, bem como dos produtores de algodão da zona da mata (de Mello 2006, p.59) e agreste, e criadores de gado pelos sertões da província (Versiani e Vergolino 2003; Maupeou 2013.). E mais, essas pessoas não trabalhavam apenas diretamente nestas atividades de maior rentabilidade, elas também estavam pelas ruas das cidades e dentro das casas das famílias ricas, remediadas e até mesmo de algumas classificadas como pobres (Versiani 2016, p.22). Eles - homens e mulheres - eram os carregadores de açúcar no porto, os canoieiros que transportavam pessoas e mercadorias pelos rios, os vendedores de fazendas, doces, comidas, miudezas, os alfaiates, os sapateiros, os pedreiros, os carpinteiros, os pescadores, os catadores de camarões, caranguejos, mariscos. Enfim, eram a coluna dorsal daquela comunidade e de seu modo de produção⁶.

Os trabalhadores cativos eram comprados, vendidos (à vista e a prazo), alugados (para o governo e indivíduos), usados como garantia em empréstimos entre particulares, penhorados para pagamentos de dívidas e até mesmo sorteados como prêmios em rifas. Eram uma das “mercadorias” mais comuns daqueles tempos, algo fica patente na análise dos anúncios publicados nos jornais, notadamente nas primeiras décadas do XIX.

Àquela época, o jornal *Diário de Pernambuco*, como tantos outros aqui e alhures, publicava diariamente uma seção dedicada às “Fugas de Escravos” ou aos “Escravos Fugidos”. Ao contrário dos anúncios de venda que, via de regra, descreviam os cativos como “de boa figura”, “apto para todo serviço”, “sem vícios” e “sem achaques”, naqueles, a condição física dos indivíduos é apresentada bem mais próxima à sua realidade e miséria. Ávidos por recuperarem seu “ativo” extraviado, os proprietários apresentavam uma descrição detalhada dos aspectos físicos, das vestimentas, do modo de andar e falar, entre outras características dos escravizados. Os indivíduos que emergem dessas curtas e lúgubres narrativas são quase todos doentes, mutilados, com pústulas, com os pés comidos por bichos-de-pé, com marcas de “bexiga” (variola), açoites e de acidentes de trabalho.

É através dessas pequenas notas que podemos conhecer histórias como a de João, um africano que trabalhava carregando lenha e capim e que fugiu em 1834. Seu proprietário o descreve como sendo “quase cego” e tendo “na perna esquerda uma grande ferida”. Ou a de Manoel, africano de nação Congo, descrito em um anúncio de 1832 como sendo “muito picado de bexigas” e tendo “pernas um tanto zambias (sic)⁷, com falta de dois dedos em um dos pés”. Sobre Maria, diz-se que ela “manca de um quarto por moléstia que padece”. Outro Manoel, esse de nação Cabinda, é retratado como tendo “de menos os dedos polegares de ambas as mãos”⁸. Por fim, o africano Francisco era “aleijado de uma mão [e] tem bastantes vergões em uma perna”⁹.

Amantino (2007) utiliza os anúncios do *Jornal do Commercio* (RJ) para analisar a condição física dessas pessoas na década de 1850 na capital do Império. Da sua amostra de pouco mais de 200 indivíduos, quase 35% tinham infecções (parasitárias, virais ou bacterianas), 30% tinham algum trauma (queimadura e fratura) e 18,4% tinham alguma má formação (como estrabismo e “defeitos em geral”, como classifica a autora). Em Pernambuco, o cenário certamente não era diferente. Em verdade, não seria estranho encontrar uma população ainda mais achacada na província setentrional, já que mais pobre em termos de renda média. Em documento da década de 1850, as próprias autoridades locais reconheciam a situação lastimável dos cativos:

A alimentação dos escravos continua má, e o tratamento que se lhes dá não tem melhorado... Proprietários há que, quando está cara a carne de charque, só escolhem a mais barata, comprando por vezes a que já se acha corrompida; e como se não bastasse a alimentação, sujeitam seus escravos a trabalhos em que se consomem todas as horas do dia e grande parte da noite... Esses infelizes, mal nutridos, mal vestidos e obrigados a trabalhos que excedem suas

¹Para uma análise da indústria açucareira em Pernambuco, ver Eisenberg (1974).

²Para uma análise da história da ascensão e queda do algodão no Brasil, ver Pereira (2017).

³Em junho de 1808, o algodão de pernambuco era negociado a 300-305 réis a libra, enquanto o do Maranhão tinha o preço máximo de 270 réis. (Mortimer 1808, sn)

⁴Fonte: *Slave Voyages*.

⁵Purdy (1818, p.8), que viajou pela costa brasileira do Ceará até Santos (SP), diz: “The cities of Pernambuco” - nome não raro usado para designar o Recife à época - “and Olinda are the principal places of trade on the Brazilian coast, next to Bahia and Rio de Janeiro”

⁶Segundo Luna e Klein (2010, p.105): “between 30 to 40 percent of the rural slaves were found outside the plantation zones throughout the nineteenth century”.

⁷O termo relaciona-se às palavras “zambo” e “zambeta”, termos utilizados para caracterizar uma pessoa de pernas ou mãos tortas.

⁸DP, ed. 123 de 1836, p.4.

⁹DP, ed. 475(a) de 1830, p.3.

forças, não podem viver por muito tempo, e por isto é grande a mortandade entre os escravos de engenhos; sem contar que muitos sucumbem aos bárbaros castigos que sofrem. (Cunha e Figueiredo 1855, p.14)

Segundo Tollenare (1906, pp.75 e 116), em relato do final da década de 1810, enquanto nos engenhos os escravos recebiam uma ração de farinha de mandioca e carne seca (charque), os plantadores de algodão não davam este último produto aos seus trabalhadores, tornando sua dieta ainda mais deficiente. A realidade que o francês viu no final da década de 1810, manteve-se inalterada por décadas seguintes, como sugere texto de um cronista no jornal *O Carapuço*, datado de 1838; na “triste senzala... a comida dos escravos... não passa de uma pequena ração de farinha, e da isca de carne seca, ordinariamente da pior que se vende nos armazéns”¹⁰

Qualquer narrativa de docilidade nas relações entre senhores e escravos desmorona diante desses textos. Os instrumentos de castigo utilizados contra os escravizados podem ser divididos em três grandes grupos: (i) aqueles destinados a dificultar a fuga e facilitar a captura, como os ferros presos ao pescoço e as correntes amarrando pés e mãos; (ii) aqueles destinados à tortura e punição, como as máscaras de flandres e as surras com chicotes, e; (iii) aqueles destinados à humilhação, como as marcas em ferro em brasa no rosto e as placas com inscrições infames (Maubeau 2012, p.4). Tais marcas de violência - especialmente as duas primeiras - aparecem com grande frequência nos anúncios de fuga de Pernambuco. De João Nobre, um “mulato” de 18 anos, diz-se que possuía “alguns sinais na bunda, de uma surra que levou de seu senhor”. Damiana, uma “crioula” também de 18 anos, carregava “marcas de ferro pelas costas e também [marcas de] chicotadas”. Em anúncio de 1833, Joaquim Elias de Moura, proprietário da escravizada de nome Sabina, alerta que ela “tem várias marcas de chicote já velhas pelos braços e costas, e outras bem fresquinhas, pelos mesmos lugares”¹¹ é dita “muito franzina de corpo”, tendo “as costas muito marcadas de chicote”¹². Nem mesmo as crianças estavam livres destas punições. Maria, de 12 anos, já tinha “as costas todas marcadas de chicote”¹³. Ainda mais jovem, Sepião, que tinha entre 10 e 11 anos, carregava “no braço esquerdo a marca PS e também pelo corpo marcas de chicote que apanhou por outra fuga”¹⁴.

Os açoites eram de tal forma tetricos que em uma carta enviada aos editores do *Diário* em 1829, um vizinho da penitenciária reclamava da punição dada a um escravo atado à “grade da frente da cadeia desta cidade”. Dizia que aquilo dava “aos moradores fronteiros da rua um lastimoso espetáculo de prepotência, e prantos, aos mesmo tempo que de ferocidade e indecências”. Objetava que tais punições desde muito haviam sido transferidas para locais fora das vistas dos populares, mas que há poucos dias ocorrera de darem “ao meio dia, 200 açoites em um preto”¹⁵.

O uso de instrumentos de ferro era uma forma comum de punir os “fujões”, bem como obstar novas tentativas. Nos anúncios que recolhemos, há diversos casos de pessoas que fugiam mesmo portando tais peças. Em anúncio de 1830, informa-se que “um moleque de nação Cassange, de idade de 18 anos” fugira tendo “um ferro de gancho com 4 dedos no pescoço”¹⁶. Maria, também Cassange, mas ainda mais moça, tinha apenas 14 anos, havia fugido “um ferro no pescoço de cruz na ponta”. O pedreiro Sebastião e o sapateiro Joaquim fugiram juntos em 1835, ambos portavam “correntes nos pés e ferros no pescoço”¹⁷.

Tais anúncios, em suma, são uma fonte preciosa de informações para historiadores, sociólogos, antropólogos, médicos, economistas, e tantos outros interessados pelo o estudo da sociedade brasileira e de uma de suas principais marcas: a escravidão. Não por acaso, elas chamaram a atenção de Gilberto Freyre, que publicou na década de 1960 seu famoso *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. O trabalho é um dos pioneiros da “anunciologia” e segundo seu autor: “Com relação ao Brasil - à sua história íntima, ao seu passado antropológico... os anúncios constituem a melhor matéria ainda virgem para o estudo e a interpretação de certos aspectos do nosso século XIX” (Freyre 1979[1963] p.3).

Graças em muito ao trabalho de Freyre, essa matéria-prima foi e continua sendo amplamente utilizada na historiografia. Há um interessante literatura que inspira nosso trabalho. Amantino (2008) analisa os publicados no jornal *O Universal* de Ouro Preto (MG) entre 1825 e 1832. Dias (2013) faz exercício análogo a partir dos anúncios nos jornais da Paraíba entre 1850 e 1888. Ferreira (2010) analisa os anúncios nos jornais capixabas entre 1849 e 1888. Ferrari (2001) trabalha com anúncios do oeste paulista, publicados entre 1870 e 1876. Neto (2002) faz um trabalho ensaístico a partir de alguns anúncios publicados em Belém (PA) entre 1860 e 1888. Jacino e Rossini (2021) apresentam o perfil dos fugitivos na cidade do Rio de Janeiro entre 1875 e 1879.

Nosso trabalho busca compreender a escravidão em Pernambuco, mais particularmente na região próxima ao Recife a partir de dados censitários, bem como a análise da população fugitiva. Na primeira parte, discutimos brevemente o contexto da escravidão no período de investigação, entre 1827 e 1837. Esse período abarca o momento de aceleração dos desembarques de africanos, diante da proibição a ser iniciada em 1830; o período em que a lei foi posta em prática, entre 1830 e 1835; e quando esta passou a ser letra morta, a partir de 1836. Ou seja, trata-se de um período crítico da história da escravidão no Brasil. Adiante, utilizando dados censitários para a província de Pernambuco e para a comarca do Recife, analisamos a composição dessas populações, com particular atenção aos libertos e escravizados. A análise de tais informações sugere que a província atravessou dificuldades econômicas no período, levando a movimentos voluntários de migração de livres e libertos, bem como a saída de trabalhadores escravizados.

Na terceira parte, discutimos os dados e os tratamentos a eles aplicados para conhecer a população fugitiva. A partir dos anúncios de fuga publicados no *Diário*, selecionamos aqueles que fazem referência ao valor monetário oferecido pela recaptura dos fugitivos. Recolhemos, assim, informação sobre aproximadamente 450 indivíduos, o que representa algo em torno de 1% da população cativa da comarca do Recife. Em seguida são apresentados e discutidos alguns resultados sobre o sexo, a idade, a origem, as ocupações e as recompensas oferecidas. Ao final, apresentam-se algumas considerações a título de conclusão.

¹⁰O Carapuço, ed. 12 de 1838, p. 6.

¹¹Optamos por manter a grafia dos nomes próprios como eles aparecem no jornal.

¹²DP, ed. 196 de 1833, p.4.

¹³DP, ed. 494(1) de 1832.

¹⁴DP, ed. 94(1) de 1829, p.4.

¹⁵DP, ed. 204(1) de 1829, pp.2-3.

¹⁶DP, ed. 434(1) de 1830, p.4.

¹⁷DP, ed.11 de 1835, p.4.

1 O Contexto da Escravidão no Brasil em 1827-1837

O período analisado foi escolhido por dois motivos. Primeiro, pelo fato de 1827 ser o primeiro ano a contar com uma edição razoavelmente completa do *Diário de Pernambuco*. Deste modo, estamos analisando o material de imprensa mais antigo disponível¹⁸ para aquela província. Mas há uma segunda razão que o torna particularmente interessante: o contexto global da escravidão na geopolítica inglesa e suas implicações para o nosso país recém-independente. Em 23 de novembro de 1826, em uma convenção entre os representantes de D. Pedro I e do rei Jorge IV, Brasil e Inglaterra concordaram em “pôr termo ao comércio de escravatura na costa da África”. O texto do tratado era enxuto, composto por apenas cinco artigos. O primeiro afirmava que “acabados três anos depois da troca das ratificações”, não seria mais “lícito aos súditos do Império do Brasil fazer o comércio de escravos na costa da África” (Garcia 2008, pp.155-6). Trata-se de um episódio do processo de desmonte global da escravização de africanos, que ganhou momento com os debates no parlamento inglês em 1806-1807 e com o Tratado de Viena de 1815.

Este acerto entre os Impérios aparece nos *Anais do Parlamento Brasileiro* referentes à sessão de 22 de maio de 1827, precedido por algumas palavras de José Antônio da Silva Maia, o Marquês de Queluz: “a resistência da parte do governo brasileiro seria completamente inútil, porque assentado como está entre todas as nações cultas acabar com este tráfico” - numa referência ao documento de 1815 - “o governo britânico, ou faria que Portugal fechasse os portos africanos ao comércio brasileiro de escravatura, ou embarçaria com suas esquadras o acesso aos navios brasileiros, que para ele se dirigissem”. (*Anais do Parlamento Brasileiro* 1827, ed.1(3), p.154)

D. Pedro I, em documento encaminhado à Câmara em 22 de maio de 1827, afirmava sem pudores que “o governo atentou pelo bem da nação, cedendo por bem o que lhe seria tirado por força”. Raymundo José da Cunha Matos, que era membro da Comissão Diplomática da Casa, afirmava que o tratado com a Inglaterra era derogatório “à honra, interesses, dignidade, independência e soberania da nação brasileira”. O acordo feriria o comércio nacional, arruinaria a agricultura, aniquilaria a navegação, diminuiria a renda do Estado¹⁹, além de ser uma medida prematura e extemporânea²⁰. Cunha Matos foi a voz mais estridente - mas não a única - no parlamento brasileiro contrária ao tratado²¹.

A despeito da oposição, o documento foi ratificado pelo Parlamento nacional em 13 de março de 1827, de modo que o desembarque de africanos escravizados em portos brasileiros, grosso modo, seria tratado como pirataria a partir dessa mesma data no ano de 1830. A nova regra, a princípio, não era “para inglês ver”, havia a percepção de que ela seria posta em prática. Em sua fala à Assembleia Geral, em 3 de maio de 1830, D. Pedro I afirmou que o governo estava “decidido a empregar todas as medidas” para fazer valer “o fim do tráfico”²². E, de fato, nos primeiros anos de eficácia - no sentido jurídico do termo - da proibição, houve um “decréscimo temporário nas entradas de africanos”, com os desembarques passando de “quase 73 mil, em 1829” para “pouco mais de 6 mil, em 1831” (Chalhoub 2012, pp. 49 e 51). Uma queda de quase 92%. A percepção sobre o fim do comércio de gentes deve ter ganhado ainda mais força com a edição da lei Feijó-Barbacena de novembro de 1831, de iniciativa do Congresso nacional. Esta última, aliás, mais rigorosa que a do acordo internacional (Parron 2007, p.2). A partir de 1836, porém, as entradas voltam a crescer. As razões da lei ter perdido sua eficácia são usualmente creditadas à forte expansão agrícola - com destaque para o café - e a ampla capilaridade e aceitação social da escravidão no país. Ainda assim, quando comparamos por décadas, vemos que no decênio iniciado em 1831 aportaram 33.818 africanos no Brasil, contra 52.430 na década anterior (Luna e Klein 2009, p.77). Ou seja, uma queda de 35,5%.

Segundo dados do *Slave Voyages*, das embarcações que tiveram como ponto de partida e de chegada os portos de Pernambuco, registrou-se o desembarque de 10.544 indivíduos entre 1827 e 1830. Só neste último ano foram 1.830. Entre 1831 e 1835, a base de dados registra a chegada de apenas 39 pessoas, vindas em três embarcações diferentes, todas no ano de 1831. A partir de 1836, porém, o comércio é retomado. Entre este último ano e 1840, chegam 4.116 escravizados novos a Pernambuco. Em texto de 1839, publicado n’*O Carapuceiro*, lê-se um relato deste processo:

Temos um exemplo disto [do não cumprimento de leis no Brasil] no infame tráfico de escravaria. A princípio havia susto, haviam receios; mas pouco e pouco foram-se aventurando os especuladores de carne humana, e hoje é espantosa a importação de escravos da costa d’África. Logo que se promulgou o Tratado... todos correram às pressas a fornecer-se de escravos, contraindo dívidas consideráveis. A ambição cresceu a olho em todos os corações, e tem chegado a ponto de haverem (sic) aparecidos homens de mão armada e roubarem escravos uns aos outros... (*O Carapuceiro*, ed. 5(1), 1839, p.3)

Tais fatores de restrição da oferta e de incremento da demanda provocaram um aumento no preço médio dos trabalhadores cativos no país (Luna e Klein 2009, p.74). Versiani, Nogueira e Vergolino (2016, p.260) afirmam que “a aceleração de preços no final dos anos vinte parece ter sido influenciada pelo temor da extinção do tráfico africano, prometida à Inglaterra pelo governo brasileiro na Convenção de 1826”. Segundo Cano (2007, p. 34), o preço médio de escravizado saltou da casa dos 250\$000 a 440\$000 réis em 1821, para 700\$000 réis em 1843. Espera-se que isto se reflita nas recompensas oferecidas pelos fugitivos, bem como estímulo ao furto e à sedução de escravizados.

2 Notas sobre a População de Pernambuco e do Recife

Figueira de Mello (1979[1851]) traz informações censitárias para a comarca do Recife e a província de Pernambuco em dois instantes do tempo; 1827-1829 e 1842. Período quase coincidente com o de nossa investigação. Acreditamos que uma breve análise desses dados pode ajudar a jogar luz e a contextualizar os resultados a serem discutidos adiante.

Em 1829, a população total de Pernambuco era de 287,1 mil pessoas, divididas da seguinte forma: 196,4 mil livres, 80,2 mil escravizados e 10,3 mil libertos. Em 1842, a população total chegou a 332 mil, com 246,8 mil livres, 75 mil escravizados e 10,1

¹⁸O primeiro jornal de Pernambuco chamava-se *Aurora Pernambucana*, fundado em março de 1821.

¹⁹Por cada escravo desembarcado pagavam-se direitos de 20\$000 réis

²⁰Anais do Parlamento Brasileiro 1827, ed. 2(4), pp.80-1)

²¹Para maiores detalhes sobre o debate parlamentar relativo ao acordo, ver Marquese, Parron & Berbel (2016, pp. 317-345)

²²DP 24 maio 1830, ed. 389, p. 1.

libertos. Ou seja, apesar de um aumento de 15,6% da população, registrou-se uma queda nos números absoluto e proporcional dos cativos entre os dois levantamentos, que passaram de 28% para 20% da população da província. Isto pode ser um sinal da decadência da escravidão no Brasil e/ou de dificuldades econômicas vividas por Pernambuco. Temos razões para crer que o segundo efeito é dominante.

Primeiro, há que se notar que a população liberta permaneceu virtualmente estagnada, sofrendo uma queda marginal. Isto pode ser resultado da morte dos libertos apurados em 1829 numa taxa superior às novas alforrias. Esta queda no número de novos alforriados, por seu turno, pode ser derivada do aumento do preço médio dos escravizados, algo que dificultou a compra da liberdade por parte dos cativos, como também pode ter desestimulado as alforrias por iniciativa dos proprietários. Por fim, é possível que não tenha ocorrido grandes mudanças no volume de libertações, mas que parte dos novos alforriados tenha saído da província em busca de melhores oportunidades.

O crescimento da população livre na província também foi *sui generis*. O número de mulheres nesta condição cresceu 26,9% entre os dois levantamentos, enquanto os homens cresceram em apenas 21,6%. Tal desproporção não pode ser explicada pelos nascimentos, já que há, em verdade, um desequilíbrio natural em favor dos homens (nascem entre 103 e 105 meninos para cada 100 meninas). Olhando-se para os coortes etários, vê-se que em 1827, os homens livres na faixa dos 21-30 anos somavam 17,1 mil indivíduos, o que representava 18% do total da população masculina deste tipo. Em 1842, este grupo reduz-se para 15,3 mil pessoas, passando a representar 13,2% da referida população.

Tabela 1.1. Dados Demográficos da Província de Pernambuco - 1829 e 1842

Grupo	1829			1842		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Livres	95.308	101.168	196.476	115.927	128.378	246.856
Pardos	42.178	45.828	88.006	51.849	57.946	109.793
Branços	42.159	43.895	86.054	46.132	50.747	96.879
Pretos	9.204	9.518	18.722	9.412	11.971	21.383
Indígenas	1.767	1.927	3.694	1.263	1.288	2.551
Libertos	4.537	5.862	10.399	4.915	5.255	10.170
Pardos	1.951	3.208	5.159	1.764	2.180	3.944
Crioulos	1.635	1.765	3.400	2.038	1.994	4.032
Africanos	951	889	1.840	1.113	1.076	2.189
Escravizados	46.179	34.086	80.265	42.846	32.224	75.070
Africanos	26.983	16.667	43.650	18.927	12.141	31.068
Crioulos	14.595	13.546	28.141	14.201	12.695	26.896
Pardos	4.601	3.873	8.474	4.535	4.344	8.879
Total	146.024	141.116	287.140	163.688	165.857	332.096

Fonte: Figueira de Mello (1979[1851])

Dado o comportamento destes dois grupos, livres e libertos, a hipótese de migração por fatores econômicos e climáticos parece ser intuitiva. Apesar de a produção de açúcar ter apresentado tendência de crescimento na província desde o último quartel do século XVIII, a cultura do algodão entrou em franca decadência. A pecuária, notadamente a produção de charque no interior, foi grandemente afetada pelos desembarques da mercadoria vinda do Rio Grande do Sul²³. No seu relatório de 1842, o então presidente da província Francisco do Rêgo Barros lamentava-se: “a nossa indústria pode-se dizer estacionária. O comércio não faz progressos, a agricultura como que retrograda um pouco. [...] encontra-se na exportação um decréscimo sensível”. Ao tratar do algodão em específico, o então Barão da Boa Vista afirmava ser justo isentá-lo dos impostos, pois a “cultura definha e parece acabar-se” (Rego Barros 1842, p.20).

Entre as causas da agitação social em Pernambuco em 1817, muitos historiadores e cronistas citam a seca que vinha assolando a província desde o ano anterior. Em 1829, um texto publicado no jornal *O Cruzeiro* falava da expectativa de aumento da população de Pernambuco, “apesar da peste que grassou na província, e fome que dessolou de 1825 a 1826”²⁴. Nos anais do Parlamento também se encontram referências a este evento. O deputado Xavier de Carvalho, em 1827, ao tratar da Paraíba, afirma que ao “furor de guerra” ocorrido em 1824, sucedeu “a seca de 1825, assoladora, terrível e cruel”, e “depois da seca”, “apareceu uma peste geral”. O representante daquela província afirmava; “eu vi nas ruas juncadas de moribundos que lutavam a um tempo com a moléstia e com a fome, os adros das igrejas cobertos de cadáveres”²⁵. Há registros de secas nos sertões também em 1827, 1830-33, 1835-37, 1842 e 1844-47 (Lima e Magalhães 2018, p.203).

O sertão abrigava por volta de 10% dos cativos de Pernambuco, enquanto o agreste era morada de outros 28%. A dificuldade econômica atravessada por estas regiões, por motivos estruturais e conjunturais, bem como a forte expansão da cultura do café, podem ser variáveis centrais para entender o comportamento da população escravizada na província. Os dados de 1872 parecem sustentar a ideia, já que a população cativa no agreste e no sertão permanece virtualmente estagnada, enquanto a da zona da mata ela cresceu 28% (Versiani e Vergolino 2016, p.148). Ou seja, na região cuja atividade continuou dinâmica, a escravidão expandiu-se em termos absolutos, ao passo que nas regiões cujas atividades centrais entraram em decadência, a escravidão perde participação. No Rio de Janeiro, centro mais dinâmico comparativamente ao Recife, por exemplo, a população cativa dobrou entre 1821 e 1849, passando de 55 mil para 110 mil, enquanto sua participação na população total caiu de 49% para 41% (Florentino 2002, p.11).

Entre os escravizados da província, em ambos os períodos, predominava o elemento masculino, algo característico desse movimento migratório forçado. Em 1829, eram 46,1 mil homens e 34 mil mulheres; em 1842, 42,8 mil e 32,2 mil, respectivamente.

²³Em 1816, o charque gaúcho foi o segundo principal produto de maior peso nas compras de Pernambuco junto às demais províncias, atrás apenas dos escravizados (Mello 2004, p. 33)

²⁴O *Cruzeiro*, 1829, ed. 176, p. 4.

²⁵Anais do Parlamento Brasileiro 1827, ed. 4, sessão de 23 de agosto de 1827, p.211.

A população escravizada, em ambos os levantamentos, era subdividida em três categorias: pardos, crioulos e africanos. Entre os homens, os estrangeiros respondiam por mais de 58% da população cativa em 1829. Em 1842, os africanos deixam de ser majoritários, caindo para 44,1%. Entre as mulheres, as africanas eram quase 49% das cativas em 1829, caindo para 37,5% em 1842.

A **Tabela 1.2** apresenta os dados censitários para a comarca do Recife em 1827 e 1842. Importante destacar que houve uma mudança na constituição desta unidade jurídica, com a perda de algumas localidades importantes, como Igarauçu e Olinda, o que significa que os números apresentados para a capital da província não são diretamente comparáveis.

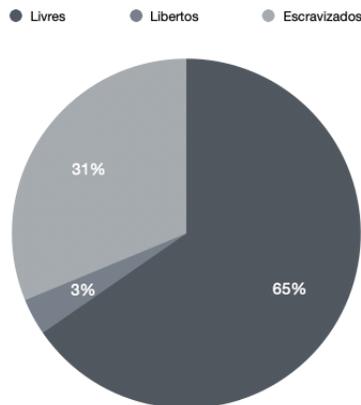
Tabela 1.2. Dados Demográficos da Comarca do Recife (1827 e 1842).

Grupo	1827			1842		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Livres	37.032	41.250	78.282	23.164	26.166	49.330
Branços	18.610	20.023	38.633	9.727	10.775	20.502
Pardos	14.850	17.302	32.152	9.938	11.525	21.463
Pretos	2.874	3.541	6.388	3.499	3.866	7.365
Indígenas	698	654	1.352	159	176	335
Libertos	1.591	2.477	4.068	1.319	1.575	2.894
Pardos	606	1.229	1.835	625	617	1.242
Crioulos	617	815	1.432	419	489	908
Africanos	368	433	801	275	460	735
Escravizados	21.886	15.516	37.402	10.830	8.013	18.843
Africanos	14.482	8.229	22.711	5.864	3.761	9.625
Crioulos	5.594	5.440	11.034	4.015	3.279	7.294
Pardos	1.810	1.847	3.657	931	973	1.904
Total	60.509	59.513	119.752	35.313	35.754	71.067

Fonte: Figueira de Mello (1979[1851])

Pela leitura dos anúncios de fuga, tem-se a impressão de que a ampla maioria deles dizia respeito a escravos que residiam num raio de menos de uma centena de quilômetros do Recife²⁶, com Goiana ao norte e Sirinhaém ao sul. Ou ainda, tratavam basicamente de escravizados dos centros urbanos e dos engenhos de açúcar do litoral e da zona da mata da província. Fala-se de escravos que fugiram para o sertão, mas quase nunca - em nossa amostra - de um que tenha escapado desde lá. Também lê-se anúncios de escravizados fugidos de outras provinciais, mas estes tampouco são frequentes. Temos razões para acreditar que que nossa amostra representa mais a população de escravizados da comarca do Recife, notadamente em sua divisão de 1827, do que a da Pernambuco. Sendo esta hipótese verdadeira, nossa amostra de 445 anúncios corresponde a mais de 1% da população escravizada da região naquele período, um cifra relevante, portadora de informações para além da evidência anedótica.

Figura 1. Divisão da População Total da Comarca do Recife em 1827 - Livres, Libertos e Escravizados (Exceto Indígenas e Estrangeiros não naturalizados).

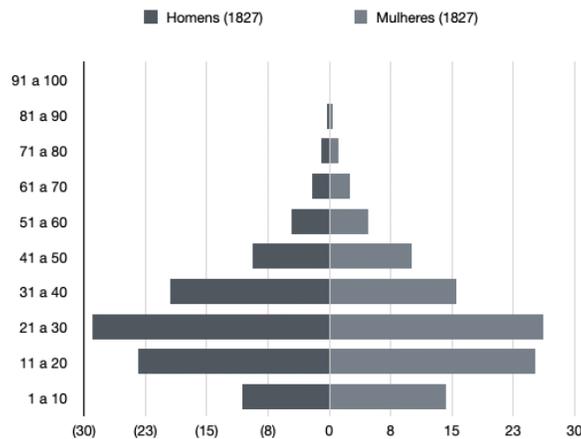


Entre os homens escravizados da comarca, em 1827, os africanos eram majoritários, sendo 14.482, seguidos por 5.594 crioulos e 1.810 pardos. Os estrangeiros, portanto, somavam por volta de 66% dos cativos. Entre as mulheres observa-se também uma maioria de africanas, mas neste caso por uma margem pequena, elas eram 53% das cativas. Em 1842, sob a nova divisão jurídica, insista-se, os africanos eram 53% do cativos, enquanto as africanas caíram para 46,2%. Nos dados da comarca se nota o desequilíbrio entre os sexos. Os homens eram, em termos proporcionais e absolutos, mais escravizados e menos libertos que as mulheres em 1827 e 1842.

Outra informação relevante apresentada por Figueira de Mello (1979[1851]) diz respeito à distribuição da população cativa por faixas etárias. Entre os homens, os africanos eram a maioria em todas as faixas, exceto aquela abaixo de 10 anos, nas quais estes somavam 418 crianças, ante 1.495 crioulos e 421 pardos. Na faixa entre 11 e 20 anos, os africanos saltam para quase 66% do total deste coorte; 67,5% dos entre 21 e 30 anos; 77,5% dos entre 31 e 40 anos. Ou seja, Os homens estrangeiros respondiam

²⁶A extensão do litoral pernambucano é de apenas 187 km.

Figura 2. Pirâmide Etária da População Escravizada do Recife - Faixas Etárias e Proporção dos Indivíduos em Cada uma delas - 1827.



pela ampla maioria dos escravizados no ápice da capacidade média de trabalho e, por isso mesmo, de maior preço médio de aquisição. O coorte mais numeroso, somando brasileiros e africanos, era das pessoas entre 21 e 30 anos. Este grupo representava quase 29% de todos os homens escravizados da comarca.

No caso das mulheres os resultados são parecidos. A faixa etária de maior quantidade de escravizadas é aquela entre 21 e 30 anos. As africanas são minoritárias entre as menores de 10 anos, mas também entre aquelas cativas entre 11 e 20 anos de idade. Neste último coorte elas são 33,2% do total. A partir da faixa etária seguinte, as estrangeiras saltam para mais de 60% em todos os coortes abaixo de 61 anos.

Esses dados sugerem que os traficantes preferiam as crianças muito jovens, abaixo dos 10 anos de idade, por exemplo.

3 Sobre Fuga, Furto e Sedução

A fuga era uma das formas mais elementares de revolta dos escravizados, ocorrendo em fluxo contínuo, fenômeno derivado do desejo natural e inato por liberdade por parte dos seres humanos. Em uma sociedade escravista, redundante dizer, todo o conjunto da estrutura jurídica, policial e social, estava a serviço da manutenção desta instituição. Logo, a fuga não era um empreendimento de fácil consecução. Ou melhor, fugir não era difícil, notadamente para os escravos urbanos, passar a viver em liberdade é que o era. Alguns poderiam ser bem-sucedidos nesta empreitada, mas não deveria ser a regra. A escassez de repetição de anúncios, exceto em 1836 e 1837, sugere que a maioria era capturada em não muito tempo.

Assim como a ocupação neerlandesa foi fator fundamental na história de Palmares, as agitações provocadas pelos levantes de 1817 e 1824 facilitaram o desenvolvimento do quilombo do Catucá (Carvalho 2020), localizado nas redondezas do Recife e Olinda, e liderado pelo hoje mítico Malunguinho²⁷. O Catucá resistiu por quase duas décadas, chegando ao fim em meados dos 1830, após diversas investidas das forças oficiais. Ou seja, durante grande parte de nosso período de estudo, o quilombo existia e resistia. Outro episódio importante de perturbação do ambiente político e social da província foi o movimento dos cabanos, ocorrido na região entre Pernambuco e Alagoas, entre 1832 e 1835 (ver Carvalho 2020). Em nossa amostra, ao menos uma fuga está ligado a este movimento. Em anúncio de 1837, ofereciam-se 100\$000 pela captura de um pardo de 20 anos chamado Leão, o qual “fugiu nos tempos da revolução dos cabanos”²⁸. Versiani (2016, p.35) argumenta que “a possibilidade de que [os quilombos] fossem duradouros e autossuficientes em alimentos era restrita, principalmente no século XIX”. Uma das razões seria a desproporção entre fugitivos homens e mulheres. Assim, “o caso mais frequente, no século XIX, era o de pequenos grupos de fugitivos que se refugiavam em lugares ermos, como matas, e sobreviviam subtraindo animais e víveres de propriedades vizinhas — o que suscitava reação e perseguições por parte das autoridades” (ibid.).

Outro ponto importante; apesar de aparecerem na seção de “Fugas de Escravos”, alguns desses indivíduos, segundo seus próprios proprietários, não haviam se evadido, mas teriam sido, em verdade, furtados. Carvalho (1987) faz um levantamento desse tipo de crime em Pernambuco, afirmando que ele era frequente entre 1832 e 1855, atingindo seu auge na década de 1840. O autor utiliza como fontes registros policiais e documentos jurídicos em sua análise. Mas como bem registra, o roubo, em regra, não se dava sem a anuência do próprio escravizado: “deixar-se furtar, mudando assim de dono, é uma das formas de rebelião individual” (Carvalho 1987, p.90). Em relatório de 1846, o presidente da província afirmava “o roubo de escravos” havia chegado a “um ponto tal, que ninguém podia contar com a propriedade desse gênero”, mas sua administração lograra em tornar “quase extinto semelhante flagelo” (Chichorro da Gama 1846, p. 7). Em março de 1829, lia-se o seguinte anúncio: “Furtou-se do armazém de Elias Coelho Cintra 3 negros novos... na noite do dia 20 do corrente...[eles são de] nação Angola, têm no peito esquerdo a marca E: quem os descobrir ou souber dos ditos, terá 50\$000 rs de alvissaras”²⁹. O anúncio não deixa dúvidas, tratava-se de furto. E um furto audacioso, pois Elias Coelho Cintra era o maior traficante de escravos de Pernambuco naqueles

²⁷Para maiores detalhes sobre a história deste quilombo, ver Carvalho (1998; 2012)

²⁸DP, ed 267 de 1837.

²⁹DP ed 65 de 1829, p.4.

tempo, sendo responsável pelo desembarque de mais de 10 mil africanos, como mostram Albuquerque, Versiani e Vergolino (2013).

O roubo de cativos não foi uma particularidade pernambucana, Chalhoub (2012, p.53) afirma que este tipo de crime “parecia ter atingido proporções epidêmicas nas décadas de 1830 e 1840” no Império; e que “furar escravos era ofício que requeria uma rede de colaboradores, a começar pelos próprios cativos, que em geral tinham de concordar em ser levados e as vezes pediam para sê-lo”. Um exemplo disso em nossa amostra ocorre em 1833: “Jacó, 18 anos... julga-se ter sido furtado para o mato, pois já em poder de outro senhor, foi conduzido por consentimento dele para o Pajeú”³⁰. Aqui entende-se outro termo que surgia nos anúncios que analisamos; a ideia que o escravizado fora “seduzido”, isto é, fora convencido a se deixar levar por terceiros. Em nossa amostra, entre os tratados como furtados e para os quais se aventava tal possibilidade, temos 13 observações. Já os seduzidos são ao menos 10. Quatro deles aparecem em um mesmo anúncio de 1830, são os africanos Cypriano, Filipe, Joze e o crioulo Izidoro: “De casa de Francisco Antônio Paiva... fugiram seduzidos por outros escravos...os quais se deixaram vender a ladrões que hoje se acham presos”³¹. Ofereciam-se 200\$000 pela recaptura de cada um deles, valor surpreendentemente alto para época, porque próximo do preço de aquisição de um escravo jovem no Recife. Em um anúncio de arremate de escravos para pagamentos de dívidas junto ao governo em 1831, o crioulo Lourenço, por exemplo, de 25 anos e carreiro de profissão, era avaliado em 300\$000; enquanto Francisco, de 19 anos e com princípios de carreiro, era avaliado em 250\$000³².

Há, por fim, também casos de seduções mais poéticas, ou aqueles casos que, como bem dizem Klein e Luna (2009, p.288), “involved friends or lovers”. Em 1835, Maria da Roza teria sido “seduzida por um pardo do sertão”³³. Já sobre Florinda, desconfiava-se que ela havia sido seduzida por um soldado da fortaleza de Itamaracá, tendo levado consigo sua filha Alexandra, de 6 anos de idade³⁴.

Em resumo, ao menos 5% das observações de nossa amostra dizem respeito a furtos e seduções, fenômeno algo mais complexo que a simples fuga.

Algo digno de nota, por fim, é a tenacidade dos proprietários na busca de seus cativos evadidos. Há um anúncio de 1836 em que o proprietário oferece uma recompensa de 50\$000 réis pela captura de dois escravizados - Simão e Luiz - que haviam fugido, respectivamente, em 1816 e 1817³⁵. Em 1837, oferece-se 80\$000 réis para quem recapturar Matheus, fugido desde 1826³⁶. Por Maria do Rozario, ofereciam-se 50\$000 réis em 1834, a africana de gentio Angola era dita fugida havia uma década³⁷.

4 Sobre os Dados

Os dados utilizados neste artigo foram retirados das seções “Fugas de Escravos” ou “Escravos Fugidos” publicados pelo *Diário de Pernambuco* entre fevereiro de 1827 e dezembro de 1837. Dos anúncios de fugas, catalogamos apenas aqueles nos quais aparece explicitamente alguma referência monetária ao prêmio oferecido pelo resgate, o que somou 445 observações: 101 dizem respeito a mulheres e 344 a homens. Note-se que isso não significa que temos 445 indivíduos diferentes, isso por ao menos dois motivos. Primeiro, devido a brevidade de alguns anúncios e a pouca variância nos nomes dos escravizados, nem sempre é possível saber se a observação é ou não repetida. As repetições óbvias foram expurgadas, mas existe a possibilidade de que um ou outro caso tenha escapado deste processo de filtragem. Esse não parece ser, porém, um problema relevante. A segunda razão é que há indivíduos que aparecem em mais de um anúncio, mas cujo prêmio de captura varia entre um e outro. Nestes casos, nossa estratégia foi a de não excluir tais repetições e nem tirar um valor médio, mas tratar cada anúncio como uma observação diferente. Este tipo ocorrência também não é numerosa. Em 1837, por exemplo, há cinco anúncios distintos, buscando por um escravizado dito de Luanda, chamado Matheus. No primeiro anúncio, a recompensa ofertada é de 30\$000³⁸, no último, esse valor sobe para 80\$000³⁹.

O universo de anúncios publicados é bem maior que o de nossa amostra, pois estes, majoritariamente, e em especial nos primeiros anos, falam apenas em termos genéricos sobre “alvíssaras”, ou que os capturadores seriam “muito bem recompensados” por seus serviços.

Sobre as idades dos indivíduos, elas em geral eram apresentadas em um intervalo; “entre 20-25 anos”, por exemplo. Para nossos exercícios, utilizaremos os limites inferiores e superiores destes intervalos. Nos casos em que os anúncios falavam em “vinte e tantos”, optamos por determinar que essa pessoa teria 25 anos. Já nos que diziam algo como, por exemplo, “trinta e poucos”, assinalamos 30 anos. Este tipo de anúncio mais vago, porém, é raro.

Em relação às origens, optamos por reproduzir as “nações” exatamente como citadas. Há os que são específicos, diz-se que o indivíduo é Angola, Congo, Moçambique, como há as designações genéricas, notadamente “da costa” ou “de nação”. Todos esses indivíduos são classificados como africanos. Já os termos “crioulo(a)”, “pardo(a)”, “mulato(a)” e “cabra”, os associamos aos brasileiros⁴⁰.

Coletamos também informações sobre as profissões exercidas pelos escravizados. Por questões de simplificação optamos por

³⁰P, ed. 66 de 1833, p.4

³¹DP, 27 maio 1830, p.4, ed. 392

³²DP ed. 15 de 1831.

³³DP, ed. 587 de 1835.

³⁴DP, ed. 114 de 1836, p.4

³⁵DP, ed. 227 de 1836.

³⁶DP, ed. 250 de 1837.

³⁷DP, ed. 477 de 1834.

³⁸DP, ed. 206 de 1837.

³⁹DP, ed 249 de 1837.

⁴⁰Segundo Figueira de Mello (1979[1852], p.308): “Três são as raças primitivas, existentes em Pernambuco, que são — branca, negra e índia. Os nascidos de brancos e negros chamam-se mulatos; os de índios e negros, mestiços ou, vulgarmente, curihocas; os de brancos e índios, mamelucos; e os de pardos e negros, cabras...”

tratar “carpina”, “oficial de carpina” e “com princípios de carpina” numa mesma categoria: carpinteiro⁴¹. Isto pode parecer um desperdício de informação, mas, em realidade, separar os indivíduos nestes subgrupos não se mostrou relevante. Há, por fim, casos de indivíduos com mais de uma profissão e isso também foi levado em consideração.

Em relação aos prêmios, uma dificuldade encontrada é que há alguns anúncios que tratam da fuga de mais de um indivíduo, mas nos quais não fica claro se o valor oferecido diz respeito a captura de um ou de todos os envolvidos. Um exemplo: em uma edição de 1834, lê-se a seguinte mensagem: “Alexandre, cabra acaboclado... 30 anos, fugido a 2 do corrente... Luíza, crioula, 46 anos... fugida no dia 9 do corrente... à botica da rua da Cruz n. 23 de Luiz Pedro das Neves, onde se gratificará com 50\$000 réis em muito boa moeda de cobre”⁴². Como se vê, os escravizados não fugiram juntos, há uma referência a 50\$000 réis, mas não é óbvio se a quantia diz respeito a cada um ou pela captura de ambos. Por simplificação, nesses poucos casos de nebulosidade, optamos por dividir o valor oferecido pelo número de fugitivos.

Outro ponto: alguns anúncios oferecem prêmios variáveis; um determinado valor por informações, outro pela captura. Em 1831, anunciava-se a fuga de Gonçalves, um rapaz crioulo que havia escapado em 1824, quando tinha 17 anos. Pela captura se oferecia 40\$000 réis, por informações, 20\$000⁴³. Outros anúncios oferecem valores distintos a depender do lugar de captura ou de entrega do fugitivo. Em 1831, o pardo Francisco Ferreira fugira de um engenho em Sirinhaém (localidade a 70 km ao sul do Recife). O anunciante oferecia 50\$000 a quem o entregasse em um endereço na capital e 70\$000 se o levassem diretamente ao engenho⁴⁴. Oferecia-se remuneração variável também a depender também do local de captura do fugitivo. O caso mais extravagante é o anúncio referente a Feliciano, um alfaiate cujo prêmio variava de 12\$000 a 200\$000 réis, sendo este último valor pago caso ele fosse apanhado em províncias mais afastadas, como Bahia e Rio de Janeiro. Em todos estes casos, nossa estratégia foi a de utilizar o valor máximo ofertado como referência, pois ele sinaliza o limite que o proprietário estava disposto a pagar para reaver seu escravizado.

O valor das recompensas foi coletado em termos nominais, de modo que foi preciso fazer alguma correção para lidar com a questão da mudança do poder de compra da moeda nacional ao longo dos anos, algo que não foi insignificante. Não existe uma série de preços para a praça do Recife para o período de interesse, mas o valor mensal da assinatura do *Diário de Pernambuco*, por exemplo, era de 640 réis entre 1828 e 1835, saltando então para 1\$000 réis nos dois últimos anos da amostra, um aumento da ordem de 56%. O índice do custo de vida para o Rio de Janeiro - ainda que bem mais instável que o preço do periódico recifense - registra um aumento similar no período, de 58%⁴⁵.

A história monetária do Brasil ao longo do período abarcado por este artigo é algo turbulenta, tendo sido objeto de análise de autores como Calógeras (1910, caps. III a V) e Abreu & Lago (2014). Entre 1827 e 1830, a moeda nacional passou por um período de forte desvalorização frente à moeda inglesa, com a taxa de câmbio entre o réis e a libra indo de 6\$803 para 10\$494; uma queda de quase 55%. Em 1832, o câmbio volta para o patamar de 1827, experimentando então um período de apreciação quase constante que dura até 1836, quando chega a 6\$180 réis por libra, uma variação de 41% em relação ao pico de 1830. Em 1837, nova depreciação, chegando a 7\$180 réis por libra. mNossa estratégia para contornar tais dificuldades foi a seguinte: os valores nominais em réis foram primeiramente convertidos para libras esterlinas, usando a taxa de câmbio corrente anual apresentada por Moura Filho (2006), e, usando a ferramenta do *Bank of England*⁴⁶ para o cálculo da inflação para aquele país, transformamos todas as cifras para valores de 1837. De forma a tornar os resultados mais intuitivos para o leitor, em alguns passagens realizamos uma outra transformação: as libras esterlinas em valores de 1837 foram corrigidas para os valores de 2020 (£1 de 1837 equivale a £114,50 de 2020). Esses valores foram então convertidos para reais, usando a taxa de câmbio vigente em novembro de 2021 (£1 = R\$ 7,50).

5 Os Resultados

Sexo e Idade

Em nossa amostra, as mulheres respondiam por apenas 22,6% dos fugitivos. Isso sinaliza a possibilidade da existência de uma grande disparidade entre os sexo neste grupo, com uma marcante predominância masculina. Amantino (2006, pp.3-4), ao tratar do caso de Ouro Preto, encontra uma participação ainda menor das escravizadas; em sua amostra de 96 indivíduos, apenas 11 eram do sexo feminino. A autora especula sobre as razões desse fenômeno:

Um dos motivos principais para tão baixo resultado, se comparado com os homens, é provavelmente o estabelecimento de laços familiares fortes o bastante para evitar as fugas e, principalmente, a existência de crianças que dependeriam delas. No caso mineiro, há ainda a grande possibilidade de alforrias conseguidas pelas mulheres, desencorajando-as a partir para uma atitude tão radical como a fuga. (Amantino 2006, p.4)

Minas Gerais no início do século XIX apresentava uma desequilíbrio entre os sexos mais marcante que a de Pernambuco no que diz respeito à população cativa. Segundo Luna e Klein (2009, p. 42), em 1804, alguns distritos daquela província chegavam a ter 6,2 mil homens e apenas 3,1 mil mulheres escravizados. Sobre a possibilidade de alforria, as mulheres, de fato, tinham maiores chances de obtê-la. No caso de Pernambuco, em 1827, o montante de mulheres libertas equivalia a 17,2% das população das escravizadas. Entre os homens essa cifra era de 9,8%. Tal desequilíbrio em favor delas parece também explicar parte do fenômeno. Sobre a hipótese relativa às crianças, encontramos em nossa amostra 6 anúncios em que as fugitivas estavam grávidas

⁴¹ “Oficial” era o termo usado para designar o indivíduo já versado em determinado ofício, enquanto “aprendiz” ou “com princípios de” para aqueles iniciantes, com menor experiência e domínio.

⁴² DP, 20 de março de 1834, ed. 347, p.4.

⁴³ Ed. 71 de 1831.

⁴⁴ Ed. 291 de 1832.

⁴⁵ Série: Inflação - Custo de vida - alimentação - ponderação Affonseca Jr.1919 - cidade do Rio de Janeiro - índice (média 1820 = 100)

⁴⁶ <https://www.bankofengland.co.uk/monetary-policy/inflation/inflation-calculator>

ou acompanhadas de seus filhos. Ludivina, uma parda de 22 anos, fugiu em 1830 com sua filha de 2 anos⁴⁷. Em 1833, Clara, uma “mulata bem alva”, estava “pejada” quando fugiu⁴⁸. Em 1834, Maria, uma mulher de 25 anos “levou, quando fugiu, uma filha cabra de 6 anos”⁴⁹. Em 1835, são 3 casos; 2 mulheres mulatas, uma “quase a parir”⁵⁰ e a outra se dizia estar “prenhe”⁵¹, e Severina, uma crioula que fugiu “com uma filha parda de nome Veríssima, de... 12 anos”⁵². Tais observações certamente não refutam a hipótese da autora, a qual parece bastante pertinente, mas ajudam a contextualizar a questão: fugia-se, mesmo com filhos pequenos.

Creemos, porém, que há outra hipótese importante, mas algo negligenciada. Pawlowski et al (2008, pp. 29-30) mostram uma ampla literatura na área de evolução que sustenta a tese que que “young males are more prone than females to take risks”. Esse comportamento é observado e medido em uma série de atividades referentes a conflitos, relações sexuais, uso de entorpecentes, etc. Não nos parece um salto lógico excessivo supor que o mesmo valha para o caso de fugas de escravizados, especialmente ao se analisar o perfil etário deste grupo de indivíduos. Em nossa amostra são 261 anúncios com referência às idades dos homens e 57 às das mulheres. Usando o limite superior dos intervalos, no caso dos homens, a idade média da amostra é de 24,8 anos, a mediana é de 22, a moda é de 30 e o desvio-padrão é de 8,8 anos. Se usarmos o limite inferior, a idade média pouco, para 24,1 anos. Já entre as mulheres, usando o limite superior do intervalo, a média é de 25,9, a mediana é de 24, a moda é de 22 anos e o desvio-padrão é de 9 anos. Usando o limite inferior, a idade média cai para 24,9. Ou seja, em ambos os casos, estamos lidando com um grupo em que metade dos indivíduos tinha menos de 22 anos, idade em que, segundo estudos de neurociência, a parte do cérebro relacionada a decisões de longo prazo, por exemplo, ainda não está madura.

Entre as mulheres, as mais velhas tinham 50 anos quando fugiram. É o caso de Francisca⁵³ e Tia Xica⁵⁴, ambas anguzeiras e fugidas em 1833. Há também o caso de Benedicta⁵⁵, que fugiu do engenho em 1836 e é dita ter entre 40 e 50 anos. Já a mais jovem tinha 12 anos, chamava-se Jejuina e fugiu em 1827⁵⁶. Entre os homens o mais velho tinha 60 anos, era um crioulo chamado José, que fugira de um engenho em 1831⁵⁷ e era dito “muito inclinado às bebidas espirituosas”. Menos de 5% dos homens escravizados tinha mais de 61 anos. Já o fugitivo mais jovem tinha apenas 10 anos de idade, chamava-se Bernardo, evadindo-se do cativeiro em 1833⁵⁸.

Assim, a maior propensão ao risco e a menor probabilidade de alforria são fatores que parecem concorrer para explicar a participação desproporcionalmente dos maior homens entre os fugitivos. Outro ponto, enquanto grande parte das escravizadas nas cidades desempenhavam tarefas domésticas, vivendo sob a vigilância dos senhores, os homens desempenhavam, com muito maior frequência, trabalhos nas ruas, com maiores facilidades de tentar a fuga.

A Origem dos Fugitivos

Na nossa amostra 367 anúncios fazem referência às origens de 420 indivíduos; eram 131 brasileiros(as) e 289 africanos(as). Ou seja, 68,8% destes eram estrangeiros. Pelos dados censitários do final dos anos 1820, os africanos - homens e mulheres - representavam 60,5% dos escravizados da comarca do Recife. Desta forma, a amostra não apresenta uma discrepância significativa em relação à população.

Entre os estrangeiros, os vindos de Cabinda e Angola respondiam por mais de 78% do total. Os genericamente chamados “de nação” ou “da costa” somam 24 ocorrências. Foram encontradas referências a um total de 22 “nações”, com algumas delas ocorrendo apenas uma vez, como são os casos de Bufo, Calabar, Camundá, Fehube, Nagô, Quiçamá, Quilimane e São Tomé. Ainda que saibamos que estes termos guardam relação mais com o porto de partida dos escravizados do que aos povos que de fato pertenciam, o fato é que à época, associavam-se características positivas e negativas a estes grupos. Por isso, aliás, a referência à “nação” era também uma quase regra nos anúncios de venda. Em seu relato, Tollenare (1906, p. 144) afirma: “os mais hábeis e mais convenientes para o serviço nas cidades são os negros d’Angola”, já os Cabindas e Benguelas seria “dóceis e excelentes para o trabalho agrícola”, os Gabões, por seu turno, seriam “ferozes e maus; injuria-se um negro chamando-se-o de Gabão”. Por fim, segundo o francês, “os de Moçambique são fracos e pouco inteligentes; todos os carregamentos que deles vi chegar aqui eram miseráveis”. Essas observações refletem os conceitos e preconceitos da época, não nos cabendo aqui discorrer sobre as supostas razões dessas afirmações. Porém, sobre a fraqueza dos “carregamentos” de pessoas vindas de Moçambique, há que se levar em conta que a distância entre o porto do Recife para o de Cabinda é de 2.803 milhas náuticas, enquanto para Maputo, através do Cabo da Boa Esperança, a distância é de 4.379 milhas. Sabendo-se da insalubridade das viagens nos navios negreiros, não seria estranho observar pessoas significativamente mais abatidas, fragilizadas e doentes, vindas de portos mais distantes.

Nossa hipótese apriorística era que os brasileiros teriam uma participação desproporcionalmente maior entre os fugitivos, devido ao fato de eles provavelmente terem uma maior rede de contatos, melhor conhecimento da região e maior facilidade de se passarem por libertos. Por outro lado, a probabilidade de um africano conseguir a liberdade era inferior à observada entre os nacionais, algo que poderia ser um grande estímulo para que aqueles tentassem mais comumente a fuga. No entanto, nenhum desses efeitos parece ter sido forte o suficiente para tornar a fuga mais provável em um ou outro grupo.

Entre os homens brasileiros fugitivos foram catalogados 102 indivíduos. Como vimos nos dados censitários, há apenas três categorias de escravizados: pardos, crioulos e africanos. Se supusermos que pardos e “acabocladados” são os *pardos* do censo,

⁴⁷DP, ed. 95 de 1830, p.4.

⁴⁸DP, ed. 278 de 1833, p.4.

⁴⁹DP, ed. 445 de 1834, p.4

⁵⁰DP, ed. 116 de 1835, p.4

⁵¹DP ed. 137 de 1835, p.4

⁵²DP, ed. 153 de 1835, p.4

⁵³DP, ed. 92 de 1833

⁵⁴DP, ed. 138 de 1833

⁵⁵DP, Ed. 258 de 1836

⁵⁶DP, ed. 115 de 1827

⁵⁷DP, ed. 191 de 1831

⁵⁸DP, ed.246 de 1833

Tabela 2. As “Nações” dos Africanos (Homens e Mulheres) Fugitivos (1827-1837)

Gentio	Ocorrências	Participação no Total
Cabinda	115	48,9%
Angola	70	30,5%
Congo	24	10,5%
Benguela	12	5,2%
Moçambique	12	5,2%

Fonte: Elaboração própria a partir de anúncios publicados no *Diário de Pernambuco*

Tabela 3. Classificação dos Fugitivos Brasileiros (1827-1837)

Classificação	Crioulos	Mulatos	Pardos	Cabras	Acaboclado
Homens	65	28	12	8	1
Mulheres	11	8	4	6	0

Fonte: Elaboração própria a partir de anúncios publicados no *Diário de Pernambuco*

enquanto crioulos, mulatos e “cabras” são os *crioulos*, temos que a participação destes últimos entre os fugitivos era de 88,5%, numa clara desproporção em relação à sua participação na população local. Tal resultado pode ser uma anomalia da amostra, como também pode ser um indicador de que os escravizados pardos tinham, em média, uma condição de vida e perspectivas de alforria menos ruins que os pretos. Entre as mulheres o desequilíbrio era menor, usando as mesmas hipóteses, as crioulas seriam 65% das fugitivas.

As Ocupações

De nossa amostra, 113 observações fazem menção ao trabalho realizado pelos homens fugitivo. Os casos de pessoas apresentadas com mais de um ofício são de apenas dez. Foram catalogadas as seguintes ocupações: alfaiate, barbeiro, cabouqueiro, canoieiro, canteiro, carneiro, carpina, carregador, cozinheiro, engomador, ferreiro, ganhador, marinheiro, mineiro de ouro, pajem, pedreiro, pescador, sapateiro, serrador, tacheiro, tanoeiro e vendedor. Além de dois trabalhadores de engenho cuja ocupação específica não é dita. A Tabela 4 apresenta as seis profissões mais citadas, bem como os valores médio e mediano das recompensas oferecidas.

Tabela 4. - Profissões mais comuns entre os escravos fugidos e o valor da recompensa em libras esterlinas de 1837 e Reais de 2021.

Profissão	n	Valor Médio (£)	Valor Mediano (£)	Desvio Padrão (£)	Valor Mediano (R\$)
Sapateiro	23	6,20	5,53	4,39	R\$ 4.747,82
Pedreiro	14	4,58	3,50	3,58	R\$ 3.004,98
Vendedor	12	5,21	4,62	2,53	R\$ 3.966,57
Alfaiate	10	6,18	4,69	5,98	R\$ 4.026,63
Carpina	9	8,42	6,60	3,68	R\$ 5.666,53
Canoeiro	9	7,52	4,94	8,00	R\$ 4.241,31

Fonte: Elaboração própria a partir de anúncios do *Diário de Pernambuco*

A ocupação com maior número de citações é a de sapateiro, somando 23 indivíduos, todos eles homens. E ainda que essa profissão possa parecer tipicamente urbana, ao menos dois deles são ditos como fugidos de engenhos⁵⁹. Curioso também o aparente alto rendimento destes profissionais, já que o uso de sapatos era virtualmente vetado aos escravizados brasileiros. A segunda ocupação mais citada é a de pedreiro, com 14 ocorrências, seguida por 12 vendedores (a maioria deles de pão), 10 alfaiates, 9 carpinas e 9 canoeiros. Esse resultado é algo surpreendente. Segundo levantamento de Andrada (2019), em Pernambuco, no final da década de 1820, a maioria dos escravos anunciados para venda eram anunciados como canoeiros. Na referida amostra, eles eram 87, enquanto os alfaiates, segunda profissão mais comum, somava 16 indivíduos.

Não só os canoeiros eram mais numerosos, como suas chances de sucesso na fuga deveriam ser maiores, já que podiam se deslocar com mais facilidade e rapidez. Talvez seja exatamente por isso, como também pela alta demanda por esses serviços, que um sistema de incentivos diferenciado pode ter se desenvolvido para tais trabalhadores. Existem evidências de que os canoeiros tinham uma remuneração média maior que a de outros escravos de ganho, algo que tornava maior a possibilidade de compra da própria alforria (Andrada 2019, p.15). Tollenare (1906, p.143) afirmava que havia “escravos canoeiros...os quais vi ganhar até 5 francos num dia”. Segundo a taxa de câmbio apresentada pelo autor, isso equivalia à época a aproximadamente 833 réis diários, um jornal bastante significativo, especialmente no final da década de 1810.

Segundo Reis (2019, p. 76), na Salvador do final dos 1840, os libertos que exerciam a profissão de pedreiro tinham rendimento menor que o das outras três profissões listadas acima, mas alfaiates, sapateiros e carpinas ganhavam todos por volta de 1\$000 réis. No caso da nossa amostra, a profissão de pedreiro deveria ser dominada por homens ainda boçais e que só tinham a força dos músculos para oferecer, e não por mestres de obras, dotados de conhecimentos mais sofisticados sobre construção civil. Isso talvez explique o fato de os vendedores - uma profissão bastante comum e desempenhada também por mulheres e crianças - terem um prêmio maior que os obreiros. Para se tornar vendedor, o escravizado tinha que ser ao menos um pouco ladino.

Tínhamos por hipótese apriorística que uma quantidade desproporcional de fugitivos viessem de labores mais desgastantes, como os relacionados às atividades do açúcar. Mas isso não foi observado. Uma potencial explicação é que tais trabalhadores estavam sob um regime de vigilância muito mais severo que aqueles que trabalhavam pelas ruas das cidades. Não só mais isolados por estarem no mato, os senhores de engenho possuíam mais recursos para vigiar e punir seus trabalhadores, notadamente em comparação aos pequenos proprietários urbanos de cativos.

⁵⁹Ed. 69, 1827 e Ed. 116, 1837.

Tabela 5. - Profissões mais comuns entre os escravos africanos fugidos e o valor da recompensa oferecida por eles (libras esterlinas de 1837).

Profissão	n	Média	Mediana
Sapateiro	10	£6,02	£4,32
Vendedor	9	£5,18	£4,94
Pedreiro	8	£4,26	£2,91
Canoeiro	6	£9,46	£6,60

Fonte: Elaboração própria a partir de anúncios publicados no *Diário de Pernambuco*

Na amostra de 83 mulheres, apenas 14 têm suas ocupações reveladas. E a variedade é bem menor que a observada entre os homens. As profissões citadas são as de vendedora, rendeira, ama-de-leite, quitandeira, trabalhadora doméstica (engomadeira, lavadeira, etc.) e anguzeira. As africanas somam 58 indivíduos, cuja recompensa média era de £5,59 e mediana de £4,95. Já as brasileiras tinham recompensa média de £4,66 e mediana de £3,72.

Tabela 6. - Profissões mais comuns entre os escravos brasileiros fugidos e o valor da recompensa oferecida por eles (libras esterlinas de 1837).

Profissão	n	Média	Mediana
Sapateiro	13	£6,35	£5,53
Alfaiate	8	£3,51	£2,02
Carpina	8	£7,75	£6,60
Pedreiro	6	£5,00	£4,08

Fonte: Elaboração própria a partir de anúncios publicados no *Diário de Pernambuco*

Destas ocupações, a mais rentável, via de regra, era a de ama-de-leite. Mulheres livres, libertas e cativas desempenhavam essas funções em casas de família e também em instituições como a Casa dos Expostos. Não por acaso muitas escravizadas grávidas ou com filhos recém-nascidos (ou recém-falecidos) eram postas à venda, já que seu preço tendia a ser maior nessas oportunidades. A diferença na recompensa média de homens e mulheres, que já emerge aqui, é reflexo da diferença existente no preço médio de aquisição de uns e outros, reflexo, por sua vez, do fluxo de renda esperado destes indivíduos.

As Recompensas pela Captura

O acordo de 1830 e a lei de 1831 implicaram em um choque negativo de grandes proporções na oferta de escravizados em Pernambuco, bem como em todo o país. Já a demanda continuou em expansão. Eisenberg (1974, p.16) mostra que a produção de açúcar na província foi de 12,2 mil toneladas no quinquênio 1821-25, passando para 18,2 mil toneladas (em 1826-1830); 13,6 mil toneladas (1831-1835), e; 26,7 mil toneladas (1836-1840). Ou seja, houve um crescimento de mais de 118% na produção física entre o primeiro e o último período. É forçoso imaginar que a produtividade dos fatores subiu em proporção equivalente, de forma que os engenhos devem ter expandido sua demanda por trabalhadores de modo significativo, aumentando o seu preço médio. E ainda que a economia de Pernambuco possa ter atravessado dificuldades em parte do período analisado, o mercado de escravizados era nacional (Versiani, Nogueiról & Vergolino 2016, p. 95), de modo que a expansão de outros setores, de outras regiões, provocava um efeito altista no preço dos escravizados em todo o Império.

Mas os trabalhadores escravizados não eram “mercadorias homogêneas”. O preço de compra e venda de um indivíduo específico dependia do fluxo de renda esperado durante sua vida produtiva, descontados os custos com alimentação, moradia, vigilância, entre outros, tudo isso trazido a valor presente, com uma taxa de desconto apropriada (Versiani 2016). Esta renda esperada, por sua vez, dependia de uma série de fatores, como a idade, a saúde, o tipo de ofício realizado, o histórico de comportamento, entre outros. O prêmio de captura deve ser reflexo desses fatores, de forma que jovens (especialmente adultos) tinham prêmio em média maior que os idosos, os saudáveis têm prêmio maior que os doentes, os que desenvolvem tarefas mais rentáveis (como carpinteiros) têm prêmio maior que os de atividades menos rentáveis (como empregados domésticos).

A **Tabela 7** mostra o comportamento desta variável em termos de mil-réis. Note-se que o valor médio e mediano tiveram um aumento de 260,3% e 290,6% entre 1827 e 1837, sugerindo que houve um aumento do valor real da variável.

Tabela 7. Valores Nominais (em mil réis) das Recompensas Oferecidas Pela Captura de Escravizados - 1827/1837

Estatística/Ano	1827	1828	1829	1830	1831	1832	1833	1834	1835	1836	1837
Valor Médio	18.9	12.8	26.2	57.7	25.5	37.4	26.5	31.3	35.3	45.1	68.1
Valor Mediano	12.8	-	20.0	30.0	20.0	25.0	20.0	27.5	32.0	50.0	50.0
Desvio Padrão	10.5	-	13.9	68.6	11.3	28.5	12.6	22.2	15.8	27.0	47.6

Fonte: Elaboração própria a partir de anúncios publicados no *Diário de Pernambuco*

Segundo Versiani (2016, p.266), o preço dos escravizados homens saudáveis, entre 15 e 40 anos, variou de pouco menos de 200\$000 no final dos anos 1820, subindo de modo linear para pouco mais de 400\$000 no início dos anos 1840. Entre 1827 e 1835, portanto, o valor mediano da recompensa representava algo entre 10% e 16% do valor de compra de escravizados jovens. Em 1836 e 1837, supondo um preço médio entre 350\$000 e 400\$000, o prêmio ficou entre 12,5% e 14%.

Esse percentual nos parece baixo, dada a rentabilidade média algo elevada dos cativos. Segundo Tollenare (1906, p. 143), “o aluguel de um negro ordinário, que não tem ofício, e só pode oferecer a força dos seus braços, é de 25 soldos por dia; o seu preço

de compra é de 650 a 700 francos, de sorte que produz para o senhor de 36 a 40%, por ano, do dinheiro que custou. Ainda que o viajante possa ter exagerado em seus cálculos, ou o aumento no preço dos escravizados tenha reduzido essa taxa de retorno, o prêmio oferecido deveria estar ainda abaixo do rendimento líquido anual do cativo. Especulamos que as razões desse fenômeno podem ser as seguintes. Primeiro, o valor ofertado era suficientemente alto para estimular o trabalho dos capitães do campo. Ao nível de preços de 1830, por exemplo, a captura de um fugitivo por mês renderia 360\$00 réis anuais para esses profissionais, uma remuneração algo confortável para a época. Segundo balanço publicado no *Diário de Pernambuco* em 1839, o cirurgião-mor do Hospital dos Lázaros recebia 50\$000 mensais. Outra hipótese é que os proprietários tinham alguma confiança no aparato oficial de captura de fugitivos.

A **Tabela 8** apresenta os valores da recompensa em termos de libras esterlinas de 1837, de forma a contornar o problema da variação do valor da moeda nacional.

Tabela 8. Valores Oferecidos pela Captura de Escravizados - 1827/1837 - Em libras esterlinas de 1837.

Ano	Observações	Média (£)	Mediana (£)	Moda (£)	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação	Intervalo Interquartil
1827	7	2,62	1,77	1,77	1,46	0,55	1.28
1828	1	1,60	-	-	-	-	-
1829	18	2,65	2,02	2,02	1,41	0,76	1.01
1830	29	5,61	2,91	1,94	6,68	1.19	3.30
1831	18	2,55	1,92	1,92	1,09	0,42	1.11
1832	32	5,51	3,68	2,94	4,20	0,76	4.41
1833	35	4,34	3,31	3,31	2,10	0,48	1.65
1834	83	5,92	4,59	5,51	4,04	0,68	1.21
1835	56	6,38	5,90	9,22	2,71	0,42	5.54
1836	71	7,45	8,25	8,25	4,54	0,60	4.32
1837	91	9,49	6,96	6,96	6,63	0,69	8.70

Fonte: Elaboração própria a partir de anúncios publicados no *Diário de Pernambuco*

Os valores reportados estão em linha com nossa hipótese inicial. Percebe-se não só um grande aumento no número de anúncios com referências a valores monetários, como tais valores crescem de forma significativa ao longo do tempo, notadamente após 1833. Entre 1830 e 1837, o valor médio da recompensa aumentou mais de 69%, enquanto o valor mediano saltou mais de 139%.

Supondo um valor médio de 200\$000 réis para compra de um escravizado homem saudável em 1830, ao câmbio daquele ano, esse valor é igual a £19,07. Assim, a recompensa mediana naquele ano era igual a 15,2% do valor de compra do cativo. Em 1837, supondo um valor de 400\$000, ou £55,71, a recompensa mediana equivalia a 12,5% do preço de compra. Ou seja, tanto em termos de mil-réis nominais, como em libras ao câmbio médio do ano, as recompensas ficavam por volta de 12% a 15% do preço médio dos escravizados.

A **Tabela 9**, por fim, traz os valores médios e medianos em termos de reais (R\$) correntes. Note-se que o valor mediano sofre um aumento quase linear entre 1832 e 1836, quando atinge seu máximo de R\$ 7 mil. Já em 1837, com o comércio de cativos já normalizado, há uma queda na recompensa, que passa para R\$ 5,9. Isto sugere que pode ter havido um decréscimo momentâneo no preço dos escravizados com a volta do tráfico.

Tabela 9. Valor Médio e Mediano das Recompensas em Reais Correntes.

Ano	Valor Médio (R\$)	Valor Mediano (R\$)
1827	R\$ 2.249,92	R\$ 1.519,98
1828	R\$ 1.374,00	-
1829	R\$ 2.275,69	R\$ 1.734,68
1830	R\$ 4.817,59	R\$ 2.498,96
1831	R\$ 2.189,81	R\$ 1.648,80
1832	R\$ 4.731,71	R\$ 3.160,20
1833	R\$ 3.726,98	R\$ 2.842,46
1834	R\$ 5.083,89	R\$ 3.941,66
1835	R\$ 5.478,83	R\$ 5.066,63
1836	R\$ 6.397,69	R\$ 7.084,69
1837	R\$ 8.149,53	R\$ 5.976,90

Fonte: Elaboração própria a partir de anúncios publicados no *Diário de Pernambuco*

Como sabemos, os desvio da média em relação à mediana nos dão uma medida da assimetria da distribuição. Quando a média é maior (menor) que mediana, isso significa que temos valores aberrantes à direita (esquerda) do centro da distribuição. Em 1837, por exemplo, o valor médio da recompensa é de pouco mais de 68\$000 réis, enquanto o valor mediano é de 50\$000 réis. Há, porém, um anúncio em que se oferece 300\$000 réis por um africano de origem angolana, de 20 anos e de nome Benedito. Esse é um valor particularmente elevado, mesmo para um indivíduo jovem e portador de apenas um pequeno defeito físico - fala-se de um dos dedos da mão esquerda ser cortado pela metade. Em 1834, encontram-se alguns anúncios de vendedores pedindo entre 300\$000 e 400\$000 réis por escravizados - homens e mulheres - jovens⁶⁰. Por outro africano de 20 anos, esse de nome João, oferecia-se 200\$000 réis de recompensa. Não é trivial explicar esse fenômeno. É possível que a oferta de prêmios tão altos estivesse relacionado não apenas ao nível de renda do proprietário, mas também há motivos não-econômicos, como o orgulho, o desejo de punição ou a sinalização para o plantel de cativos sobre as consequências de tal empresa.

⁶⁰Ed. 401 de 1834, por exemplo.

A **Tabela 10** traz os valores em libras de 1837 para homens e mulheres ao longo de todo o período. O que se observa é que tanto o valor médio como o mediano eram maiores para os indivíduos do sexo masculino.

Tabela 10. Valor Médio, Mediano e Desvio Padrão das Recompensas Oferecidas para Homens e Mulheres - em libras esterlinas de 1837.

Estatística	Homens	Mulheres
Média	£6,80	£5,29
Mediana	£5,05	£4,30
Desvio Padrão	£5,31	£3,47

Fonte: Elaboração própria a partir de anúncios publicados no *Diário de Pernambuco*

A razão fundamental por detrás dessa diferença se deve à maior gama e a maior rentabilidade média das atividades exercidas por escravizados do sexo masculino. Ainda que algumas mulheres exercessem profissões com boa remuneração - como amas-de-leite e mesmo vendedoras -, grande parte delas eram empregadas domésticas, cuja capacidade de criação de renda é mais reduzida.

A **Tabela 11** apresenta os resultados para os homens, separando-os em dois grupos: brasileiros e africanos. O que se observa é que o valor médio e mediano oferecido pelos brasileiros era maior que o dos africanos. A idade média nesses dois subgrupos - utilizando o limite superior dos intervalos - é virtualmente igual: 24,87 para os brasileiros e 25,36 para os estrangeiros, de forma que essa variável não parece capaz de explicar a diferença nas recompensas. Segundo Tollenare (1905, p.144) “A todos os negros africanos os brasileiros preferem muito os nascidos na América ; estão mais aclimados, sabem melhor a língua e não tem recordações importunas; mas, são difíceis de obter.”.

Tabela 11 - Valor Médio, Mediano e Desvio Padrão das Recompensas Oferecidas por Brasileiros e Africanos - Em libras esterlinas de 1837.

Estatística	Brasileiros	Africanos
Média	£7,10	£6,76
Mediana	£5,90	£4,61
Desvio Padrão	£4,50	£6,18

Fonte: Elaboração própria a partir de anúncios publicados no *Diário de Pernambuco*

No caso das mulheres, a situação é inversa a dos homens. O valor médio e mediano pela recaptura das brasileiras (n = 26) é menor que o das africanas (n = 54). Apesar da diferença no tamanho das amostras, as idades médias e medianas dos dois grupos são bastante próximas. Entre as brasileiras a idade média - usando o limite superior do intervalo - é de 26,4 anos, e a mediana é de 24; entre as estrangeiras, esses valores são de 25,7 e 24,5, respectivamente.

Tabela 12 - Valor Médio, Mediano e Desvio Padrão das Recompensas Oferecidas por Brasileiras e Africanas - Em libras esterlinas de 1837.

Estatística	Brasileiras	Africanas
Média	£4,66	£5,67
Mediana	£3,72	£4,96
Desvio Padrão	£2,96	£3,62

Fonte: Elaboração própria a partir de anúncios publicados no *Diário de Pernambuco*

Quando olhamos a relação entre recompensa e origem dos fugitivos, vemos que o prêmio mediano dos pardos (n = 12) era de £7,17, valor muito superior ao encontrado para crioulos (n=76) que era de £5,55; Benguelas (n=12), £4,91; e Congos (n=25) e Moçambiques (n=8), de £3,68. Como as amostras são de tamanhos muito diferentes, é preciso ser cuidadoso ao tirar conclusões desses números. Mas eles parecem sugerir que, de fato, como afirmava Tollenare (1906, p. 144) e outros observadores contemporâneos, havia uma espécie de hierarquia percebida na capacidade média de trabalho de escravizados de diferentes origens.

Conclusão

O artigo surgiu a partir da coleta de dados sobre escravizados fugitivos publicados nas páginas do jornal *Diário de Pernambuco* entre 1827 e 1837. Período este de grandes agitações econômicas na província e no *status* da escravidão no país. Em constaste com os anúncios de compra e venda de escravizados, que usualmente falam em termos genéricos, os anúncios de fuga apresentam uma visão mais próxima da realidade da miséria que aquela instituição impunha àqueles indivíduos, num país e numa região já relativamente atrasada e pobre.

Ao analisarmos os dados censitários da província, vimos que entre 1829 e 1842, a participação da população cativa caiu em termos absolutos e proporcionais. Isto poderia parecer, à primeira vista, um sinal da decadência do trabalho servil. Porém, ao analisarmos a população livre, vimos que houve uma queda na população masculina de jovens adultos, sinalizando para a possibilidade de uma migração de caráter econômico. O setor do açúcar atravessou dificuldades durante o período do levante conhecido como cabanada, entre 1832 e 1835. Já o algodão continuava em sua marcha de decadência. Por fim, o charque do sertão foi sendo deslocado por aquele produzido no Rio Grande do Sul a partir de 1870 (de Mello 2004, p.33). Há registro de 5 episódios de seca no sertão nordestino entre 1827 e 1847 (Lima e Magalhães 2018, p. 197). Ademais, a década de 1830 marca o início do predomínio do café em nossa pauta de exportação, o que pode ter exercido uma força atratora sobre os livres e os escravizados da província.

Sobre os dados, apresentou-se uma detalhada análise dos procedimentos utilizados, bem como de suas limitações. Ainda que tais pontos possam parecer algo enfadonho para alguns leitores, cremos ser crucial para a checagem dos resultados por outros autores, bem como para o desenvolvimento de estudos comparativos.

Em relação aos fugitivos, viu-se que os homens eram a ampla maioria. As hipóteses para essa discrepância entre os sexos, já apontada por outros estudos, devem estar relacionadas à maior propensão ao risco verificada nos homens jovens, na sua menor probabilidade de alforria. Sobre as ocupações, viu-se que a mais comum entre os homens era a de sapateiro, pedreiro e vendedor, e não aquelas ligadas à colheita e ao preparo da cana-de-açúcar. Isso se deve provavelmente ao fato de os trabalhadores urbanos estarem sob um regime de vigilância menos severo que os da agricultura.

Sobre os prêmios oferecidos pelo resgate, vimos que em termos de libras esterlinas de 1837, o valor mediano saltou de £2.91 em 1830 para £8.25 em 1836. Um aumento de 183,5%. Além disso, a quantidade de anúncios que fazem referência ao prêmio salta de 29 para 71 neste mesmo intervalo. Este fenômeno está em linha com o aumento do preço médio dos cativos no país, devido à restrição da oferta e a contínua expansão da demanda. No último ano da série o número de anúncios continua a aumentar, mas o prêmio mediano recua para £6.96. Este fenômeno, por sua vez, talvez esteja relacionado com a retomada vigorosa das importações de escravizados, iniciadas no ano anterior. Em uma transformação simples, vimos que o valor das recompensas passou de algo como R\$ 2,5 mil para R\$ 7 mil entre 1830 e 1836. Tais valores equivaliam a algo entre 10% e 16% do preço de compra de um escravizado saudável, entre 21 e 30 anos.

Sobre as origens dos cativos, a participação de brasileiros e africanos não parece divergir de suas respectivas participações na população. Entre os estrangeiros, quase 80% deles eram ditos de Angola e Benguela, mais um sinal dos laços profundos entre partes do Brasil e aquela região do continente africano.

6 Referências

Leis, Documentos Oficiais e Jornais

Anais do Parlamento Brasileiro. Diversas edições. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Último acesso em 14 de janeiro de 2022.

Diário de Pernambuco. Diversas edições entre 1827 e 1837. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Último acesso em 1 Outubro de 2021.

O Carapuceiro. Diversas edições. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Último acesso em 14 janeiro de 2022.

O Cruzeiro: Jornal Político, Literário e Mercantil. Diversas edições. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Último acesso em 16 janeiro de 2022.

Livros e artigos acadêmicos

Abreu, Marcelo de P., e Luiz Aranha C. do Lago. A economia brasileira no Império, 1822-1889. Abreu, Marcelo de Paiva (org.) *A Ordem do Progresso. Dois Séculos de Política Econômica no Brasil*. Vol. 1. Elsevier Brasil, 2015.

Albuquerque, Débora de S. Leão., Flávio R. Versiani, & José R. O. Vergolino. Financiamento e Organização do Tráfico de Escravos para Pernambuco no Século XIX. *Revista Economia* 1 (2013): 221-225.

Alencastro, Luiz F. de. Le versant brésilien de l'Atlantique-Sud: 1550-1850. In *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, vol. 61, no. 2, pp. 337-382. Cambridge University Press, 2006.

Amantino, Márcia. As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no Jornal do Commercio (RJ) em 1850. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* 14 (2007): 1377-1399.

Amantino, Marcia. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal O Universal - 1825 a 1832. *Locus: Revista de História* 12, no. 2 (2006).

Andrada, Alexandre. (2019). A Portrait of Urban Slavery in Recife, Brazil (1827-1835). *Anais do XXIV Encontro Nacional de Economia Política*: Vitória, julho de 2019.

Andrada, Alexandre & Andrea Lucchesi. A economia de Pernambuco na primeira metade do século XIX: Observações sobre a questão da decadência, ciclos e desigualdade regional. *Revista Análise Econômica*. No prelo, 2022.

Calógeras, João P. *La politique monétaire du Brésil*. Imprimerie nationale, 1910.

Cano, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 5. ed. – Campinas, SP: Unicamp. IE, 2007.

Carvalho, Marcus J. M. “Quem Furta Mais e Esconde”: O Roubo de Escravos em Pernambuco, 1832-1855. *Estudos Econômicos* (São Paulo) 17, no. Especial (1987): 89-110.

Carvalho, Marcus. Rumores e rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848. *Revista Tempo* 3, no. 6 (1998): 1-15.

Carvalho, Marcus. João Pataca et sa tranquille bande du Quilombo de Catucá. Hebrard, J. *Brésil-Quatre siècles d'esclavage. Nouvelles questions, nouvelles recherches*. Paris: Editions Karthala et Ciresc (2012): 217-244.

Carvalho, Marcus. Insurgent Pernambuco: From the Cabanos War, 1832–1835, to the Praieira Revolution, 1848–1849. In: *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. 2020.

Chalhoub Sidney. População e Sociedade. In: Shwarcz, Lília M. (dir.) *História do Brasil Nação: 1808-2010. Vol 2, A construção nacional - 1830-1889*. Rio de Janeiro: Fundação Mapfre e Objetiva, 2012.

- Chichorro da Gama, Antônio P. *Relatório do Presidente da Província de Pernambuco*. Recife: Typographia Imperial de L. I. R. Roma, 1846.
- Cunha e Figueiredo, José B. *Relatório do Presidente da Província de Pernambuco*. Recife: Typografia de M. F. de Faria, 1855.
- de Mello, Evaldo C. *A Outra Independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- Dias, Elaine C. J. *Retrato falado: o perfil dos escravos nos anúncios de jornais da Paraíba (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2013.
- Dourado, Bruna I. M. O comércio marítimo brasileiro no século XIX: um estudo sobre a navegação de longo curso e de cabotagem na província de Pernambuco (c. 1850-c. 1870). *História e Economia*, vol. 22, pp. 102-124, 2019.
- Eisenberg, Peter L. Abolishing Slavery: The Process on Pernambuco's Sugar Plantations. *Hispanic American Historical Review*, 52, no. 4 (1972): 580-597.
- Eisenberg, Peter L. *The Sugar Industry in Pernambuco: Modernization without Change, 1840-1910*. United Kingdom: University of California Press, 1974.
- Ferrari, Ana J. A voz do dono (uma análise das descrições feitas nos anúncios de jornal dos escravos fugidos no oeste paulista entre 1870-1876). *Sínteses*, vol. 7, pp. 121-133, 2002.
- Ferreira, Heloisa S. Dando voz aos anúncios: os escravos nos registros de jornais capixabas (1849-1888). *Temporalidades* 2, no. 2 (2010): 67-75.
- Florentino, Manolo. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 3, p. 9-40, 2002.
- Freyre, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 2a ed. aumentada. São Paulo: CIA Editora Nacional, 1979.
- Figueira de Mello, Jeronymo M. *Ensaio sobre a estatística civil e política da província de Pernambuco*. Recife: Tipografia de M. F. de Faria, 1979[1852].
- Garcia, Eugênio V. (org.) *Diplomacia brasileira e política externa. Documentos Históricos 1493-2008*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- Jacino, Ramatis; Rossini, Gabriel. Resistência e trabalho dos escravizados no Rio de Janeiro, entre 1875 e 1879: notas bibliográficas e novos dados. *Anais do 49o Econotro Nacional de Economia - ANPEC*, 2021.
- Klein, Herbert S., & Francisco Vidal Luna. *Slavery in Brazil*. Cambridge University Press, 2009.
- Lima, José R. de & Magalhães, Antonio R. Secas no Nordeste: registros históricos das catástrofes econômicas e humanas do século 16 ao século 21. *Parcerias Estratégicas*, v. 23, n. 46, p. 191-212, 2018.
- Marcondes, Renato L. "O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem." *Revista de Economia Política* 32, no. 1 (2012): 142-166.
- Marquese, R., Parron, T., & Berbel, M. (2016). *Slavery and politics: Brazil and Cuba, 1790-1850*. University of New Mexico Press.
- Maupeou, Emanuele C. de.. Crimes et châtements d'esclave au Brésil du XIXème siècle. Législation, coutume et contradictions dans la période de crise finale du système esclavagiste national. *Reflexos* (2012).
- Maupeou, Emanuele C. de. Captivité et quotidien dans un milieu rural brésilien: le Sertão du São Francisco–Pernambouc (1840-1888). *L'Ordinaire des Amériques* 215 (2013).
- Mortimer, Thomas. *A general dictionary of commerce, trade, and manufactures*. London: Richard Phillips, 1808.
- Moura Filho, Heitor P. Exchange ratem of the mil-reis (1795-1913). *MPRA Paper* No 5210 (2006).
- Neto, José M. Bezerra. Histórias urbanas de liberdade: escravos em fuga na cidade de Belém, 1860-1888. *Afro-Ásia*, n. 28, p. 221-250, 2002.
- Parron, Tâmis P. Política do tráfico negreiro: o Parlamento imperial e a reabertura do comércio de escravos na década de 1830. *Estudos Afro-Asiáticos* 1 (2007): 91-121.
- Pawlowski, Boguslaw R. A., & R. I. M. Dunbar. Sex differences in everyday risk-taking behavior in humans. *Evolutionary Psychology* 6, no. 1 (2008).
- Pereira, Thales A. Z. *The cotton trade and Brazilian foreign commerce during the industrial revolution*. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. 2017.
- Purdy, John. *Description of, and Sailing Directions for, the Eastern Coasts of Brasil, from Seara to Santos*. London: Weed and Rider, 1818.
- Reis, João J. *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.
- Tollenare, Louis-François. Notas Dominicais, 1816, 1817 e 1818. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, n.61, Recife: 1906.
- Versiani, Flávio R. & José R. O. Vergolino. Posse de escravos e estrutura da riqueza no agreste e sertão de Pernambuco: 1777-1887. *Estudos Econômicos* (São Paulo) 33, no. 2 (2003): 353-393.
- Versiani, Flávio R. & José R. O. Vergolino. Estrutura da posse de escravos em Pernambuco. In Versiani, F. R. e Luiz P. F. Noguerol (org.). *Muitos escravos, muitos senhores. Escravidão nordestina e gaúcha no século XIX*. São Cristovão (SE): Ed. UnB e UFS, 2016.
- Versiani, Flávio R. Entendo a escravidão: trabalho escravo na grande lavoura e em pequenas posses. In Versiani, F. R. e Luiz P. F. Noguerol (org.). *Muitos escravos, muitos senhores. Escravidão nordestina e gaúcha no século XIX*. São Cristovão (SE): Ed. UnB e UFS, 2016.